

DOCUMENTAR¹

TO DOCUMENT

Sara Caumo Guerra²

RESUMO

Este trabalho é fruto de um exercício de expressão posterior a dois encontros temporalmente distintos com uma mulher e um homem socialmente tomados como loucos. Os encontros tiveram o corpo da antropóloga como matéria de contato, um corpo não posicionado para a pesquisa propriamente dita, mas imerso num movimento de vida que já tem a pesquisa como parte de sua ação no mundo. Desses encontros, a pesquisadora sublinha uma recorrência, a preocupação dessa mulher e desse homem com a produção de seus próprios documentos. Documentos que pretendem comprovar a existência de outras pessoas, de relações entre pessoas, de circunstâncias de vida possíveis, porém não acontecidas. A produção do documento pelo “louco”, conclui-se, é fato que coloca lado a lado o irreal do pensamento com a sua materialização através de um suporte burocrático pretensamente legítimo e demonstra o poder de sugestão, subjetivação e mobilização deste objeto tornado familiar nas sociedades letradas.

Palavras-chave: Documentar. Comprovar. Irreal. Loucura. Realidades.

ABSTRACT

This work is the result of an exercise of expression after two temporally distinct encounters with a woman and a man socially taken as mad. The meetings had the anthropologist's body as contact material, a body not positioned for the research itself, but immersed in a life movement that already has research as part of its action in the world. Of these meetings, the researcher underlines a recurrence, the concern of this woman and this man with the production of their own documents. Documents that intend to prove the existence of other people, of relationships between people, of possible life circumstances, but not happened. The production of the document by the “crazy”, it is concluded, is a fact that places the unreal of thought side by side with its materialization through a supposedly legitimate bureaucratic support and demonstrates the power of suggestion, subjectivation and mobilization of this object made familiar in literate societies.

Keywords: To document. Prove. Unreal. Crazy. Realities.

Recebido em: 31 de março de 2022

Aceito em: 17 de junho de 2022

¹ Uma versão deste trabalho foi apresentada na 32ª RAM 2019, no GT 81: No limite do indizível: como ver e narrar em meio a névoas e ruínas, coordenado por Daniela Feriani (USP), Annette Leibing (Université de Montréal) e Fernanda Miranda da Cruz (UNIFESP). Anoto meu agradecimento às professoras Daniela e Fernanda e às colegas e aos colegas que ouviram a leitura do texto e comentaram suas entranhas e estranhamentos.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

Palavras

Irreal: [de ir- + real]. Adj. 2 g. Não real; imaginário.

Documento: [do lat. *documentu*]. S.m. 1. Qualquer base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar para consulta, estudo, prova, etc. 2. *Restr.* Qualquer registro gráfico. 3. *Ant.* Recomendação, preceito. Novo Dicionário Aurélio (1975)

Não é por acaso que o título escolhido para este exercício de expressão que também é o próprio pensamento materializando um caminho marcado por vários encontros, se resume a um verbo, a uma ação. Não porque a ação de documentar propriamente se resolve através de um único ato, ao contrário, o registro guarda em si uma heterogeneidade de relações que para além do acontecido, como este texto pretende deixar passar, também carrega o não acontecido. O trabalho que apresento não veio de um movimento propriamente pensado de preparação acadêmica, embora seja um produto direto do aprendizado da pesquisa acadêmica encarnada na vida. É possível pensar sem todos os tempos de uma pesquisa projetada, mas com outros tempos capazes de fazer o pensamento apresentar perguntas e ensaiar problematizações?

Se sentei para escrever foi porque acredito na capacidade de pensar antropologicamente nos momentos mais inusitados, porque acredito em uma antropologia que além de disciplinar é orientadora de formas de questionar e de receber questionamentos. Mais do que uma antropologia sempre pronta a prover a melhor interpretação sobre a representação de uma representação, sobre a forma de simbolização das relações, sobre os outros, acredito numa antropologia que possa estar entre outros, encarando o fato que não poderá dar as melhores nem piores interpretações, mas que estará ali, chamando a atenção para o que nem sempre é percebido como acontecimento. O que faço nisto que estou nomeando como exercício é colocar a antropologia para levantar um problema, convocar outras a observar o que se passa com a produção de documentos pelas pessoas ditas comuns, particularmente pelas pessoas confrontadas com a dúvida diante de sua própria sanidade.

Aqui desenrolo impressões que pretendem dialogar com provocações de outros tempos tanto em termos da realização dos fatos quanto em termos de conflitos e estabilizações políticas diante do que significa viver com pessoas ditas fora do normal, mas que também operam no normal através de uma manipulação imaginativa de seus elementos legitimadores; tempos,

forçoso assinalar, estranhamente insistentes no atual contexto brasileiro, o qual tem nos colocado diante de velhas perguntas, para as quais não devemos ensaiar antigas respostas, sob pena de reificarmos os mecanismos da distorção oficializada. Mas me afasto do que quero trazer para este texto e fazer passar com ele.

Forma tão usual das Ciências Sociais, o texto. Ainda chamado para sintetizar a composição de forças implicadas na fabricação de uma tentativa de pensamento. Porque é isso que se pretende aqui, uma tentativa de pensamento sobre uma evidência: a elaboração de documentos. Não nos estranha pensar nesta atividade tão ocidental, tão próxima a nós que é a elaboração de documentos. A produção de suportes diversos que carregam informações variadas, resumindo a definição de documento dos nossos colegas arquivistas, a qual, de alguma forma, espelha o verbete do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, o qual serve de epígrafe para nossa conversa.

Enquanto escrevo para virtuais pesquisadoras e pesquisadores e interessadas, para mim mesma, produzo um documento que, por sua inscrição no contexto do debate intelectual e também acadêmico, já guarda alguma legitimidade. Talvez, depois de conversarmos sobre o que aqui está se fazendo, o texto-documento possa perder sua legitimidade, tensionado por alguma inconsistência do conteúdo que o anima. Possa deixar de ser texto, arruinando sua existência documental. Contudo, de qualquer maneira, a materialidade da produção, dependente do contexto da qual emerge e, não menos importante, de minha vinculação institucional, garante que eu possa expressar relações e perguntas e que o texto que apresento possa figurar como “prova” dos meus pensamentos. E assim, para cada uma de nós que tentamos pegar alguma coisa do universo das vivências cotidianas, daquilo que a princípio tem dificuldade de se tornar palavra ou imagem ou mesmo som. Para cada uma de nós que fazemos uso da palavra como modo de pensamento registrável.

Se começo por este exercício simples de pensar a legitimidade do documento, aliás, se simplifico todas as recomendações históricas e técnicas da Diplomática, ciência responsável por atestar a veracidade e, daí em diante, a legitimidade dos documentos escritos, o faço não por ignorar a complexidade dos procedimentos de verificação – densidade do papel, tipo de letra, qualidade da tinta, estrutura do próprio documento, etc. – mas para assinalar que os documentos produzidos nos encontros que tentarei narrar passam por outros tipos de verificação, se passam e quando passam. E isso porque o lugar sociopolítico de quem produz um documento diz muito sobre sua legitimidade para além da materialidade do objeto que temos em mãos. Aliás, antes de prosseguirmos nesta conversa, faço notar que a falsificação é

a outra face da moeda da Diplomática. Se não fossem as falsificações de documentos, humoradamente narradas no livro *Cemitério de Praga (2011)*, de Umberto Eco, por exemplo, e se não fosse o valor de verdade e de garantia sobre a mesma e sobre as propriedades, talvez nossa relação com estes objetos fosse menos neurótica e, em alguns casos, psicótica.

Esta outra face da moeda, a falsificação, depende de uma intenção e parte de um conhecimento sobre o que é considerado verdadeiro na produção de uma peça documental ou de uma obra de arte. Não pretendo entrar, porém dou um pequeno passo em direção à discussão sobre as magníficas produções de “falsificadores” que antes de replicar alguma obra já realizada, replicaram uma técnica, inventando novas obras, exemplo dos mais conhecidos é o do falsificador do pintor holandês Johannes Vermeer (1632-1675), o qual, ao dominar o gesto de Vermeer, também assinou sua própria “fase” com o nome do outro. Esse caso, nos indica que falsificar é criar, criar inclusive algo novo, mas criar de acordo com um universo de inteligibilidade já dado, capaz de ser confundido através de suas próprias regras.

Não pretendo dizer que Marta e Alberto³ sejam falsificadores, mas sugiro que talvez possamos pensá-los como pessoas sabedoras das regras, através das quais buscam criar seus próprios materiais de legitimação. Se estes materiais implicam relações com outras pessoas, especialmente com aquelas que representam o Estado e suas demandas documentais, importa reconhecer logo de saída que são produções que exigem muita energia e muito trabalho das pessoas produtoras. E quando alguém empenha a energia de seu corpo-pensamento-inteiro realizando um trabalho de “pesquisa” e produção de “evidências” registradas e formalizadas como documentos, temos que algo de importante acontece, que o cotidiano da vida acontece. E na vida produzimos realidades o tempo inteiro, realidades essas que mesmo com muito esforço dificilmente podem ser apreendidas na sua totalidade. O real é um problema tão grande quanto o irreal, se pensarmos profundamente sobre isso em termos de possibilidade de compreensão de seus múltiplos efeitos. E aqui não sugiro que o real e o irreal possam ser lidos como pares duais. Porque se co-produzem não em oposição, mas em conflito e associações mais ou menos duradouras.

Contudo, antes de prosseguir, mais uma vez me permito um pequeno desvio, daquele tipo que ajuda na definição de perguntas ou das perguntas que me acompanham aqui: quais os

³ Marta e Alberto são pessoas reais, mas antes de suas personalidades, o que o presente trabalho pretende enfatizar é o aspecto produtivo de suas interações com a pesquisadora, particularmente marcadas pela mediação dos documentos. Por isso, seus nomes foram deliberadamente trocados por mim e suas biografias não foram extensivamente apresentadas. Não conto aqui a história dessas duas pessoas, conto sim um aspecto de nossa interação, aspecto que me pôs a pensar.

caminhos produtivos do “delírio”? Onde são interrompidos ou, em outras palavras, quais são os seus limites ou quem e o quê o limita?

O desvio ou fazendo o retorno

Os fatos são sonoros mas entre os fatos há um sussurro. É o sussurro o que me impressiona.

Clarice Lispector, 1998.

Numa quarta-feira de julho de 2019, uma participante do Grupo Antimanicomial de Atenção Integral (doravante Gamai), que compõe o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), do qual sou membra, como antropóloga, desde 2016, envia um texto do pensador, professor, artista Peter Pál Pelbart. O pequeno texto foi apresentado num encontro em São Paulo, em comemoração à luta antimanicomial, no dia 18 de maio de 1989. Esse encontro reunia trabalhadoras e trabalhadores da Saúde Mental, no final dessa década que tantas reviravoltas trouxe à dinamização de ações antimanicomiais. Um texto pequeno, não chega a dez páginas, mas provocativo desde seu título: “Manicômio Mental - a outra face da clausura”.

Imaginem esse grupo de trabalhadoras e trabalhadores, batalhadores pelo fechamento da maquinaria manicomial, ouvindo Peter Pál Pelbart falar a respeito dos perigos de domesticarmos a desrazão ou a loucura. De criarmos um ambiente socioantropológico incapaz de se relacionar com a “estranheza, a ameaça, a alteridade radical, tudo aquilo que uma civilização enxerga como o seu limite, o seu contrário, o seu outro, o seu além” (Pelbart, 1989:133). O argumento do autor vai desenrolando a problemática de que contestar a clausura das paredes do manicômio não implica, por extensão, acabar com o que ele chama de “clausura mental”, aquela fixada nos parâmetros, também imprecisos, da razão. O problema daquele que fala está em fazer impregnar a vida de desrazão, dar espaço de passagem, não homogeneizar o pensamento. Problema com o qual estou em contato há bastante tempo, desde que comecei a prestar atenção nas produções da loucura e nas pessoas produtoras de desrazão.

Mas nesse texto há duas perguntas que vêm quase iniciando a conversa que o autor pretende manter, as quais servem muito bem para pensarmos o que se passa depois das Leis

Estadual do Rio Grande do Sul (1992)⁴ e Federal (2001)⁵ da Reforma Psiquiátrica, aqui estão elas:

O que significa de fato, no plano da cultura, essa utopia asséptica de uma sociedade em que os loucos não mais estariam confinados nos asilos, nem discriminados nas famílias, nem segregados no trabalho? Quando derrubarmos definitivamente os muros do manicômio e acolhermos entre nós seus antigos inquilinos, quando passarmos a considerá-los serenamente como nossos vizinhos, em suma, quando os loucos passarem a fazer parte integrante de nossa paisagem cultural e antropológica a mais cotidiana - aí, nesse futuro longínquo mas a cada dia mais próximo, o que acontecerá efetivamente com os loucos, e com a loucura? (Pelbart, 1989:132)

A pergunta que remete ao futuro, quase uma ficção marcada pela preocupação com a interrupção do pensamento disruptivo, nos coloca no espaço das relações possíveis e impossíveis. Nos coloca como potenciais participantes de um mundo capaz de deixar acontecer relações novas, relações habitadas por quem antes não era visto, escondido estava entre muros, pauperizado em buracos úmidos, encurralado por fármacos, eletroconvulsoterapias, fome. Se de fato nunca eliminamos a maquinaria manicomial de nossas realidades terapêuticas, talvez por ser difícil de quebrar o “manicômio mental” que insiste em atualizar velhas torturas sob os rótulos “da última novidade do mercado (de fármacos)”, ainda assim, dos anos 1990 até agora, muitas experiências diferentes foram engendradas ou estão tentando fazer qualquer coisa que saia do protocolo exclusivo do: diagnóstica, médica, interna por 30 dias quando necessário, acompanha e, se nada resolver, interna novamente. Nenhum paraíso, e isso é positivo: podemos trabalhar através do mundano, podemos tentar algum gesto. Enquanto há tentativa, há abertura para invenções, realizações novas, articulações menos dependentes de poucos gestores, de poucos técnicos, de poucos bem-aventurados pregadores.

Esse por vir localizado lá no final dos anos 1980, do qual fala Pelbart, me aconteceu, me acontece não exatamente na forma de uma vizinhança de porta, mas pelo deslocamento nas ruas e pela presença num espaço institucional, o Gamai, que como grupo vinculado à UFRGS, é parte também das tecnologias de governo, nos termos de Michel Foucault. Mas somos um tipo de tecnologia que se faz por tentativas e por conflitos, articulando pessoas distintas, de áreas distintas (nem tanto - Educação, Saúde Coletiva, Psicologia, Ciências Sociais), as quais buscam caminhos para deixar as pessoas em situações de loucura “passarem”. Essa visão do Gamai como espaço de passagem para a loucura é de minha inteira responsabilidade, além daquela que ao acontecer na prática como tentativa, me faz chamar Fernand Deligny (2015)

⁴http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=15281&hTexto=&Hid_IDNorma=15281 - Lei nº 9.716 de 07 de agosto de 1992.

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm - Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001.

para esta escrita, para a aposta real e insuspeita na vivência efetiva com aqueles que desconhecemos, para a atenção, para a criação de metodologias de vida e de inscrição da vida, para a não necessidade de converter tudo o que passa aos sentidos de acordo com um “projeto pensado”, projeto exterior ao que pode o humano. Projeto que o desumaniza, em última instância, já que no entendimento de Deligny, o humano já está antes do ato que age nele pelas brechas do que ainda não foi capturado, classificado e normatizado. O humano é a latência que acontece antes do enquadramento.

Esta poesia aracniana que vai se fazendo do fora, onde ainda não há suporte (pensem na aranha fabricando a sua teia), é a poesia do movimento do deserto em certo sentido. E também é palavra do movimento-tempo dos encontros com gentes ainda não sabidas, com pensamentos ainda dispersos, quase impossíveis, estas gentes que aconteceram e acontecem na minha própria vida, essas gentes que encontram no cotidiano (com suas instituições familiares, policiais, judiciais, com suas celebridades e notícias distantes) o material indispensável para continuarem produzindo a si mesmas e ao mundo.

Quando nós vamos fazendo o mundo ou desfazendo qualquer coisa

*Não sei como lia. Seguia.
 Como a mulher que conheci outrora
 Com os pés gastos de andar pela cidade.
 Corpo sem morada de endereço.
 Corpo em fuga de moradas marcadas.
 Ela ainda vive. Tenho uma mala preta
 Cheia de papéis, ocultados, nunca vistos.
 Porque prometi guardar.
 Arquivista da mulher sem lugar.
 Arquivista cegada pelo silêncio.
 Arquivista que não arquivava.
 Te li na [rua] Giordano Bruno.
 Agora estou seguindo uma leitura de escrita.*

Este pequeno texto também chegou até mim há pouco tempo e me causou estranhamento. Porque eu não sabia quem exatamente o escrevera. Ele veio sem autoria, enviado por uma amiga que se exercitou na pesquisa da cidade e agora, mais recentemente, tem estudado sonhos, simultaneamente à pesquisa do que pode a palavra na pesquisa. Seria dela? Mas era tão próximo a uma realidade vivida, parecia tão parte da minha história com Marta, da minha escrita influenciada por Marta, da insistência de Marta no pensamento, que não poderia ser de outra mão esses traços. Contudo, esse excerto sem autoria, “poesia” nas palavras de minha amiga escritora, causou confusão, vontade de identificar a autoria, afinal é

meu isso que já não tenho certeza de ter vindo de mim? Sim, é e não é, foi o que este envio mais uma vez confirmou; desta vez, antes pelo sentimento pensado de dúvida que propriamente por um conhecimento já encontrado em outras gentes de letras. Nos perdemos do texto ou, de outra forma, o texto se perde nos mundos e nos deriva.

E aqui a loucura da palavra escrita, marcada numa folha de papel, sem assinatura, em um exercício proposto durante a defesa da dissertação de mestrado⁶ de Laura Barcellos Pujol de Souza, no Instituto de Psicologia da UFRGS. Ali, convocava-se a escrever rastros da leitura, rastros daquele momento, impressões, imprecisões, escrever nada, desenhar, rabiscar, o que fosse, o que fosse do gesto e da vontade e até mesmo da rebeldia de cada uma, de cada um. A dissertação-documento acadêmico era sobre o escrever através do lixo encontrado pelas ruas, ruelas e avenidas de Porto Alegre. Um belo texto. Texto-inspiração. Mas também texto-documento. Que me fez voltar para Marta, para o dia em que a reencontrei, em 2012, na Avenida Osvaldo Aranha, ao lado da Lancheira do Parque. Este arquivo silencioso ainda está escondido em minha casa, intocado, cheio de papéis-documentos, os quais Marta nunca mais veio buscar. Papéis-documentos que na época de seu ocultamento garantiriam, segundo ela, a sua segurança. Por isso, que eu nem mencionasse onde pretendia escondê-los, muito provavelmente meus telefones e até mesmo as quatro paredes de minha casa estariam grampeadas. Interesses internacionais. Marta havia mexido com peixes grandes, nas minhas palavras, nas dela, leitora de Michel Foucault, Antonin Artaud, interessada em Claude Lévi-Strauss, era a inteligência internacional associada a sua polêmica posição em relação às cotas raciais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Não esqueçamos, o ano era 2012. Nessa época eu ainda estava no primeiro ano do mestrado em Antropologia e, na verdade, praticamente só respirava e pensava antropologia (quase um afogamento). Por isso, esse encontro não foi nada parecido com um encontro etnográfico programado, não havia necessariamente um outro objetivado como outro, afinal eu já conhecia Marta e Marta me aconteceu naquela noite e naquele contexto. Para dar o tom daquele momento, incorporo neste texto de hoje, um pedaço do movimento que registrei⁷ no calor dos acontecimentos. Faço isto

⁶ “A cidade escrita, a escrita em imagens: rastros de um Hotel dos Viajantes”, dissertação de Laura Barcellos Pujol de Souza, defendida no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, numa tarde de sexta-feira, sem sol e sem chuva, em 2018, era o dia 25 de setembro, disso lembro porque tomei nota da primeira leitura que fiz do texto ainda na sua forma digital.

⁷ Para incorporar um recorte do registro escrito em outro tempo, optei por uma fonte diferente como um recurso visual de destaque. Não tenho certeza se tal recurso será ou não eficaz para dimensionar as diferenças temporais de como as coisas se fazem e se dizem mesmo partindo da mesma base, ou seja, do encontro, quando o tempo do acontecimento é retomado produzindo outros acontecimentos a partir de novas associações. Mas sigo testando.

não só pelo tom, mas para chamar atenção para estas temporalidades do pensamento que fazem produzir outras leituras, outras tentativas de pensamento. Essa coisa que Jeanne Favret-Saada (2005) menciona entre o tempo da afetação da participação e o tempo outro que, nos meus termos, ecoa afetos que persistem, mas seleciona mais, ou edita mais (produção de realidades, marcada pelos mais diversos procedimentos).

Encostada naquela cortina de ferro, ao lado da porta da Lancheria, escrevendo sem parar as palavras soltas daqueles dois homens-rapazes, Ela não me deixou seguir. Parei. Que estava na rua e com problemas com o pai de sua filha, Ela disse. Falei com a face, pois não estava disposta a ouvir o problema, naquele dia não. Ela insistiu, uma vez que de certa forma eu estava a par da situação. Vou para casa: eu disse seca e Ela seguindo ao meu lado, falando, falando, falando e eu pensando que Ela vai acabar chegando na minha casa e terei que convidá-La para subir, mas eu não quero que Ela suba, não quero fazer nada, não posso, hoje, não! Conversamos na esquina da rua da minha casa com a avenida por alguns minutos, minha impaciência crescia, fome, compromisso marcado, tinha que chegar ao apartamento para esperar por um telefonema. A conversa se estendia sobre a ameaça de internação psiquiátrica que Ela havia recebido do pai de sua filha, Ela sempre chamava esse homem de “o pai da minha filha” e sua filha, às vezes, de “a menina”. O problema não era ignorável. Envolvia uma pessoa de carne e osso que me pedia ajuda e envolvia todos os pensamentos sobre a instituição psiquiátrica e a fabricação da loucura que por muito tempo vêm tomando conta dos meus momentos de interesse. Tentava encontrar alguma coisa para dizer que tivesse alguma eficiência concreta. Que a encaminhasse a uma outra ajuda, que a abrigasse e cuidasse de seu pé – pois Ela estava com o pé inchado em decorrência de ter permanecido acordada e andando de um lado para outro durante toda a noite. Estava insone, estava agitada, estava com medo, estava abandonada a sua própria resistência física. Quando se é ameaçado, quando falta onde parar, o único lugar é o próprio corpo e esse, sendo corpo de mulher, não pode se dar ao luxo de ficar parado, anda, anda, anda e faz do pé um órgão do desespero, um ícone da fraude, da força, da armadilha que um “outro” – e são vários nessa história – pode produzir. Que que eu vou fazer? – pensei. Uma obrigação moral de fazer alguma coisa. E ao mesmo tempo uma vontade de que Ela me livrasse desta obrigação, mas Ela insistia e disse que tinha entrado em contato com um representante dos EUA de uma ONG de proteção dos direitos humanos. Eu, em dúvida. Delírio Dela? Não tenho o direito de pensar em delírio e essa tensão a todo tempo me questionando, questionando a minha capacidade de “levar o outro a sério”. Ela disse que tinha tentado ir numa *lan house* para enviar os documentos, mas não tinha dinheiro suficiente porque tinha gastado para fazer uma boa

refeição. E Ela continuava dizendo e insinuando... se tivesse... que precisava... e assim, podes enviar o documento pela minha casa, tenho internet. Ela muito contente e eu muito descontente, com um aperto no peito que se experimenta quando algo não está bem, tudo aquilo era muito pesado.

Entre! Ela tirou os tênis e sobre o chão vermelho da cozinha um rastro branco de: pele, talco, pomada, dor, desespero, preocupação. Ela informada por Foucault e sempre reafirmado as redes de detenção daquele que diverge, daquele que não está nem próximo ao igual e fazendo a vida uma vida de detetive, porque sim, disseram a Ela que Ela podia ser uma detetive e poderia ser mesmo uma excelente investigadora, uma vez que pesando sobre os ombros, carregava duas sacolas, uma delas cheia de documentos, documentos que não podem ser encontrados, não podem desaparecer e Ela pensava que de alguma forma aquilo tudo estava em perigo, o seu tesouro, as suas investigações, as relações dos algozes, tudo poderia ser apreendido, tudo poderia ser revirado e virado prova contra si, contra a sanidade, contra a visão da perseguição. Ela começou a tirar papéis e mais papéis depois dos tênis e eu querendo por a mesa para comer. Comes carne? “não”, disse. Eu mesmo assim coloquei dois pratos na mesa, enquanto Ela escovava os dentes no banheiro porque não tinha conseguido escovar os dentes e estavam dizendo que tinha problemas bucais e ela bem sabia, porque precisava de dinheiro para ir ao dentista e ver se tudo se resolvia, se conseguia um trabalho porque daquele jeito como poderia pleitear um, como poderia sair daquela dinâmica de ministério público e porta na cara, pois os Alguéns do ministério não levam muito a sério, sempre estão de saída os homens do poder, sempre numa saída que reproduz as instituições e não deixa acontecer a carne e o osso, porque se fossem de carne e osso as demandas implodiriam o sistema. Kafka persistente na absurdidade das dinâmicas. Ela queria enviar seu documento, Ela escreveu o seu documento. Um relato informado juridicamente, o que me fez lembrar de uma conversa passada na qual Ela havia me contado que era formada em Direito, mas nunca mais falamos sobre formação, exceto da minha, sobre a qual Ela manifestava um misto de curiosidade e dúvida. Ela com uma desconfiança de longa data da Universidade, desconfiança que fala – porque não parou de falar desde um encontro inesperado que tivemos num Restaurante Universitário há anos – sobre sistemas de controle, um controle que se daria diretamente através da utilização dos computadores da universidade. Sentada à mesa, com o garfo na mão, comendo um carreteiro que a princípio não comeria por causa da carne, Ela disse que estava bom e que tinha inimigos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ela tinha sido contra as cotas para pessoas negras e egressas de escolas públicas e a estavam perseguindo e Ela estava, inclusive,

apreensiva que esta atitude política pudesse comprometer seu pedido de assistência àquela ONG de direitos humanos. Eu perguntei como eles iriam saber da posição Dela sobre as cotas, que o mundo não estava necessariamente interessado em tudo que Ela fazia e pensava e perguntei se Ela sabia qual era a minha posição sobre o mesmo assunto, querendo demonstrar que essa informação não teria relação direta com o documento que ela pretendia enviar para a tal organização (como entender essa lógica?). Comemos e finalizamos com uma maçã cada uma. E os documentos continuavam saindo da bolsa e chegando às minhas mãos: “essa é a folha do caderno do pai da minha filha”; “a escritura do apartamento da médica que me manteve em cárcere privado, eu consegui, não pode ser coincidência que ela more no prédio da frente onde eu estava morando, no apartamento do tio do pai da minha filha [que ocupa um cargo público cuja função não recordo]”; “o boletim de ocorrência” [prestou ocorrência da moradia da médica psiquiatra, foi por isso morar com o pai da sua filha na vila em Viamão⁸ – uma vila onde, segundo Ela, as pessoas ouvem funk, o filho da senhora evangélica que cuida de sua filha ouve funk – o funk constava como caracterização do seu atual lugar de moradia no documento que materializava sua investigação]; atestado do Conselho Tutelar situado na Rua Giordano Bruno grafando (depressão pós-parto?) escrito de punho assim entre parênteses e com ponto de interrogação; e muitos outros papéis autenticados em cartório que devem ter lhe custado muito dinheiro, um dinheiro que Ela fez questão de empenhar nesses documentos. Esses documentos são uma peça importante de nossa relação, da continuidade de nossa relação, esses documentos são uma peça importante na sua estratégia de sobrevivência. Eles atestam a rede de impedimentos, as relações que estão definindo o seu virtual aprisionamento físico e real aprisionamento psíquico. Vejamos: documento do Hospital de Clínicas que a envia para um ambulatório no IAPI onde a psiquiatra trabalha, psiquiatra que é conhecida do tio e do pai da sua filha, o qual mantém relações com o conselheiro tutelar da Rua Giordano Bruno. O tal tio tem alguma relação com o judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta trama, poucos espaços para pleitear proteção, estão todos dizendo que “eu sou louca”. Ela tinha um atestado de um psiquiatra alegando que Ela tinha perfeitas condições de cuidar da filha, esse documento foi ignorado por todas as instituições interligadas nesta rede de conhecidos. É fácil fazer enlouquecer quando se quer que o “outro” esteja louco. Se fabrica um ser em estado de diferença, a pessoa é espremida de tal maneira que cada palavra não diz de si, não diz da

⁸ Cidade localizada a leste da capital do Estado do Rio Grande do Sul, constituinte da chamada região metropolitana.

relação, do fato, diz da sua loucura. Se faz loucura através do esgotamento físico e mental, simples assim: e muitas pessoas sabem disso há tempo!

O telefone tocou. Eu, como disse, esperava um telefonema de minhas amigas com quem deveria me juntar naquela noite. Era uma delas dizendo que havia conversado com a outra para que ficássemos aqui em casa. Não, falei silenciosamente, vocês precisam me tirar de casa de qualquer maneira e acrescentei que explicaria a situação depois, uma vez que falar sussurrando, enquanto Ela estava na cozinha, poderia fazê-la pensar que eu estava envolvida na rede de seus inimigos. Que tipo de precauções eu já estava tomando?! As amigas viriam me buscar dentro de no máximo meia hora. Voltei à cozinha e disse a Ela que sem demora eu estaria saindo de casa, portanto precisávamos enviar o tal do documento. Ela queria que eu fizesse uma leitura do material. Tudo bem. Mas quando ela abriu o arquivo e vi oito laudas, espaçamento simples, letra tamanho dez, pensei impossível concluir naquele tempo, mas me pus a ler e discutir cada parágrafo. Ficamos discutindo o caso a partir de seu próprio texto, isso significava que me era permitido questionar algumas relações argumentativas. O aparecimento e desaparecimento de sujeitos no texto e as suas ligações enviesadas com o caso propriamente dito. Ela estabelecia uma relação com frases ou ações-sentidos ditos no passado por uma pessoa que repercutiam numa ação-sentido-fala no presente. As relações eram muito sutis e tinham verdade pela intensidade da sua memória, mas não podiam constar como relações sólidas para uma análise judicial, uma vez que seria muito difícil que alguém conseguisse tornar inteligível aqueles aparecimentos sem estar ao lado Dela. Conversamos e fomos marcando o texto com vermelho onde ela poderia repensar. Obviamente as amigas chegaram antes de acabarmos a leitura do documento. Tínhamos lido-falado somente uma folha e meia. Fui até a janela e pedi um tempo para as gurias, responderam que iriam dar uma volta na quadra e voltariam logo em seguida. Ela sempre presente e ciente da movimentação, mas a ignorando quase completamente porque eu insistentemente a lembrava de meu compromisso. Como deixar o campo ocupar a casa? Como deixar o campo ocupar a casa e ele ocupa, eu sabia disso de campos falados por outras pessoas. Não se tem poder para deixar ou não, isso é forçoso, se dá, é parte da relação. Mas nesse caso, nessa casa, não era exatamente resultado de uma relação afirmada pelo lugar da pesquisa. Lá estava a pesquisadora. Lá estava uma pessoa que queria conversar com as amigas, presa numa situação quase absurda, um concreto absurdo. Ela decidiu não enviar o documento porque precisava que eu terminasse a leitura, porque tinha urgência, porque estava correndo perigo de ser internada compulsoriamente, quando eu estaria em casa? Quando poderíamos terminar aquilo? Respondi: terça-feira à tarde da próxima semana. Não estava muito bom, mas

não dei muita chance. Onde eu estaria no final de semana? Que viajaria para minha cidade natal uma vez que domingo seria o dia das mães. E o que ela faria? Que enviasse de uma vez o tal do documento! Tudo isso no tempo de uma quadra. Antes de desligar o computador, eu com pressa, Ela verificou se seu arquivo não estava gravado em algum lugar da máquina. Eu estava subindo pelas paredes! Saímos e ela ficou de me ligar na segunda entre meio dia e uma hora para falar como estavam as coisas. Ela não telefonou, eu teria que procurá-la.

Este era o ritmo do meu pensamento-pulso e da nossa relação. Frenético porque eu estava frenética e cansada, assim como Marta. Me tornei a arquivista de uma defesa, ou melhor, de parte de uma possível defesa documental contra todos os implicados na realidade que Ela produzia e que a produzia. Guardando essa história junto aos arquivos de Marta, meus interesses, aqueles sobre as coisas da loucura, que já apareciam neste escrito de 08 de junho de 2012, me conduziram ao GAMAI em 2016, onde no início de 2017, conheci Alberto. Eu não estava mais aquela quase afogada estudante de mestrado, havia ganhado bastante tempo para estudar e para ter um pouco de calma. Mas Alberto não tinha muito tempo já em 2017 quando o conheci e assim estamos desde então, tentando contornar o tempo da vida e da justiça. Não vou poder contar aqui estes quase cinco anos de conversas trocadas e, às vezes, de escutas prolongadas pelos monólogos, cheios de detalhes, de Alberto. Assim como Marta, Alberto é um detalhista e também é um obstinado que anda pelos prédios públicos da cidade em busca de disposição, documentos, aliados. Em nosso primeiro encontro, ele me conta a história que já contara para outras mulheres de um grupo do SAJU, que o considerou “delirante”, depois de “verificar” as informações passadas por ele, as quais pareceram muito estranhas para elas. E por que estranhas? Porque como demandante de justiça, ele buscava reconhecimento de paternidade de dez crianças que tivera com uma prima de segundo grau. Intencionava entrar com uma ação judicial para ter direito à guarda compartilhada das pessoas que considera serem parte de sua “prole”. Estranhando um homem reivindicar o direito de estar com os filhos, bem como a quantidade anacrônica, para moças brancas de classe média, dos mesmos, elas entram em contato com a alegada “mãe” dos filhos, vindo a saber que estas crianças não existiam para além da realidade fabricada e performada por Alberto.

Assim como qualquer outra realidade, a de Alberto não prescinde de uma elaboração minuciosa sobre os acontecimentos que envolvem o nascimento das crianças, as particularidades fenotípicas (o dedão que parece com o seu, por exemplo), o trabalho de constituição de um dossiê de “provas” documentais, as quais deveriam ser suficientes para garantir ao restante do mundo que estas crianças nasceram, estudam, passeiam com a

“genitora”, brincam com os dois cachorros da família numa praça de bairro considerado nobre da capital gaúcha e que estão injustamente afastadas dele. Alberto coleciona uma série de documentos provenientes de sua relação com o judiciário gaúcho, que o tem como réu em alguns processos, um dos quais referente a sua alegação de que é pai e de que quer participar da criação de seus filhos. Durante uma de nossas conversas, da sua pastinha plástica, Alberto retirou uma série de “evidências” que tornariam verificável sua palavra ou sua história com “H” maiúsculo. Entre esses documentos, além dos produzidos no âmbito da maquinaria do judiciário, estavam fotos fabricadas por ele mesmo, em cenários com pessoas e objetos (carros, casas) só identificáveis por ele. Assim como no caso de Marta, as “evidências” cuidadosamente produzidas com a intenção de comprovar a verdade, só poderiam fazer sentido quando acompanhadas por ele, uma vez que em si eram peças aleatórias que nada diziam para alguma outra pessoa. Contudo, esta aleatoriedade não era desacompanhada do conhecimento sobre as exigências de comprovação de qualquer enunciado, aquela que implica registrar, carimbar, autenticar, etc. Se eu digo que tenho filhos, preciso de alguma maneira demonstrar que estes filhos existem. Então começo pelo exame de DNA e não satisfeito com o resultado, resolvo procurar outros meios para acessar o meu direito à paternidade, ampliando cada vez mais este direito através da quantidade de crianças que eu coloquei no mundo, da casa que eu ajudei a construir, da mulher que nega tudo por ser manipulada pela família, especialmente pela mãe e pelo irmão louco dela. Meus documentos são materialidades que tornam meus pensamentos compartilháveis e que me colocam também sob o risco da contestação e da ruína.

A obstinação em fazer viver quem não tem fisicalidade colocou-o diante da lei, na vara criminal, acusado por “Perturbação da Tranquilidade”, uma vez que a “genitora”, aproveitando-se dos contatos feitos a partir do SAJU, conseguiu montar um processo acusando-o por perseguição; já que a intenção de Alberto de “provar” a “verdade” o fez enviar a ela muitas mensagens de celular, acompanhar de longe os seus movimentos em alguns espaços públicos, além de tê-la levado ao tribunal algumas vezes, bem como ao laboratório. Ela, antes de tomar a decisão de processar Alberto mais uma vez, e desta vez com suporte dos documentos produzidos a partir do SAJU⁹, tentara pedir ajuda para os irmãos de Alberto a fim de que os mesmos interviessem nesta “loucura”. Foi ignorada.

⁹ Alberto foi inicialmente atendido por um grupo do Saju que se dedica a questões de família. Como apresentado, ao demandar às integrantes desse grupo, uma advogada e uma psicóloga, o direito à paternidade, essas procuraram o contato da suposta mãe das crianças e lhe enviaram um e-mail, o qual a mulher salvou. Além disso, de alguma forma a mulher, advogada, teve acesso a um “laudo” produzido pela psicóloga que o atendeu, o qual acabou sendo anexado ao processo, laudo esse que não tinha razão de ser produzido. O Gamai foi contatado pelas integrantes

Faz meses que não nos falamos e aqui deixo de fora muitos detalhes da grande história de Alberto que foi, ela também, à revelia de manter seu núcleo duro - a existência de uma “prole” e de uma “genitora” e de um pai afastado do amor da família - incorporando novos elementos que falavam ainda sobre família, mas daí sobre seus misteriosos e poderosos genitores. Tudo isso, na sequência de convocações do poder judiciário por oitivas e audiências e com o perigo sempre presente de uma internação compulsória, consequência da famigerada medida de segurança. E neste momento, a relação entre provar a sua história e defender-se das acusações sobre ele imputadas, tem produzido um emaranhado de documentos oficiais que são contestados pelos documentos fabricados pelo próprio Alberto. Aqueles de sempre. E isso é interessante porque os documentos que comprovariam a verdade da sua realidade já existem, mas são ignorados pelos poderes públicos, gerando “novos” documentos oficiais que beiram ao absurdo. Ou seja, a própria interação de Alberto com o poder, faz o poder delirar.

Tentando

Tudo isso, sim, a história é história. Mas sabendo antes para nunca esquecer que a palavra é fruto da palavra. A palavra tem que se parecer com a palavra. Atingi-la é o meu primeiro dever para comigo. E a palavra não pode ser enfeitada e artisticamente vã, tem que ser apenas ela. Bem, também é verdade que queria alcançar uma sensação fina e que esse finíssimo não se quebrasse em linha perpétua. Ao mesmo tempo que quero também alcançar o trombone mais grosso e baixo, grave e terra, tão a troco de nada que por nervosismo de escrever eu tivesse um acesso incontrolável de riso vindo do peito. E quero aceitar a minha liberdade sem pensar o que muitos acham: que existir é coisa de doido, caso de loucura. Porque parece. Existir não é lógico.

Clarice Lispector, 1998.

Posso dizer que angústias mil acompanharam o momento de reencontro com Marta e os primeiros tempos com Alberto. São duas pessoas, não as únicas, que vieram me mostrar os mais diversos papéis onde uma parte de suas vidas está inscrita. Não me parece difícil entrar nesse movimento, mais difícil é saber que todo este trabalho encontra limites, limites que vêm

do grupo que atendeu Alberto quando elas o consideraram com “problemas mentais”. Pediram nossa ajuda para dar um destino ao caso que não fosse jurídico, já que sua demanda não tinha materialidade para ser encaminhada. Eu também fiz contato com a mulher através de uma ou duas mensagens via SMS, as quais ela salvou e incluiu como “evidência” [do delírio e da perseguição] no processo.

antes dos próprios documentos, limites que estão nas pessoas que os recebem ou não. E também limites, os barramentos da própria história. Porque uma coisa deve ser dita, os funcionários do Estado deixam passar muitos fluxos através das formalidades do poder. Contudo, se num primeiro momento essa passagem permite que as pessoas em situações de loucura encontrem alguma ressonância para suas demandas, logo este movimento perde sua força de sustentação da ação cotidiana, encerrando suas portas. E isso se dá tanto pela natureza do movimento de um processo - que mesmo tardando - deve chegar a um fim - seja o arquivo seja o hospital psiquiátrico seja o manicômio judiciário - quanto pelo cansaço real dos funcionários, já que não devemos ignorar que as pessoas que anseiam ser ouvidas, que estão obstinadas na comunicação de suas histórias, insistem e insistem muito, intensamente. Insistem em tornar suas histórias prováveis. As provas que nós mesmos tentamos encontrar para as nossas próprias histórias, desde nossos documentos acadêmicos até aqueles verbais que vamos distribuindo na intenção de nos colocarmos no mundo em relação, são as provas que a loucura a todo tempo tenta encontrar para se fazer palavra, alguma palavra possível que diga do que está na cabeça-corpo, daquilo que tem feito uma vida se mover e se mover de uma maneira nada fácil.

Peter Pál Pelbart se perguntava lá no século XX (ora, o século XX!) o que seria do louco e da loucura quando já não estivessem encerrados entre as quatro paredes das casas de orates. E as respostas são variáveis, assim como as situações de loucura e as pessoas em relação. Se começamos a ser mais abertos com essas produções de pensamento, também não deixamos de invocar a “verdade” de algo, alguém, situação, como parâmetro do que levaremos mais ou menos a sério. Isso quer dizer que a abertura do corpo-pensamento, para ser real, precisa de práticas atentas, precisa das tentativas de Fernand Deligny (2018; 2015) e do ensaio de novas inscrições. Uma mente-corpo aprendiz que se relaciona com o que está ali, não em outro lugar mais profundo, sempre inacessível, sempre à espera de algum especialista. E isto não significa negar os procedimentos terapêuticos, mas assinalar que há momentos em que a desconfiança recai sobre esses procedimentos e isso não quer dizer que as pessoas não busquem diálogo, não busquem tornar factível aquela realidade que cuidadosamente e até ostensivamente produzem - o tempo inteiro e com o corpo inteiro. Se há uma verdade em tudo isso é a verdade de se manter vivo e no mundo, não prescindir dele, de seu respeito, de um espaço e das suas referências. Mas habitar um mundo como sujeito de uma história que não tem testemunhas a não ser a si mesmo não é fácil. Não é nada fácil.

A capacidade de imaginar junto, mas também de imaginar através da nossa própria realidade: ser compassível não é uma alternativa, é uma traição. Uma traição ao chamado de

habitar mundos compostos pela desrazão, porque ela está aí, perto de nós, em nós. Não se trata, assim, de encenar uma relação mas de realizá-la. Resolver este tenso entrelaçamento de nós mesmos com um desejo de “prova”, verdade e verificação. Se o olhar não alcança o real e se o real não pode ser confundido com a realidade e essa com a verdade, temos uma gama de caminhos para produzir realidades, encontrar as verdades dessas produções e de, a partir daí, quem sabe, dialogar sobre o real. Os documentos produzidos fora de um circuito de inteligibilidade compartilhada nos permitem encarar não só a configuração desses circuitos de inteligibilidade, mas também a própria falibilidade dos documentos, especialmente daqueles que não estão amparados por instituições que garantem logo de saída sua credibilidade. Esses documentos feitos para dizer ao Estado, mas que não podem dizer por conta de seus agentes de produção, mostram o caráter parcial do próprio Estado que fala de si para si como se abrangesse o universo da população de um território. Por fim, esta materialidade, este não ter gerado dez filhos, este não ser monitorada pelos Estados Unidos da América, esta materialidade possível, mas não verificável, não seria real porque possível? Sendo assim, o irreal, essa face tão desprezada no mundo feito absurdo pelos mais convictos defensores do “bem” (atualmente, uma corruptela de bens), resta para nossas existências a fim de tentarmos fabricar realidades, até agora, insuspeitas.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF, Casa Civil da Presidência da República, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em set. 2022.

DELIGNY, Fernand. *Os vagabundos eficazes: operários, artistas, revolucionários: educadores.* São Paulo: n-1 edições, 2018.

DELIGNY, Fernand. *O Aracniano e outros textos.* São Paulo: n-1 edições, 2015.

DE SOUZA, Laura Barcellos Pujol. *A cidade escrita, a escrita em imagens: rastros de um Hotel dos Viajantes.* Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia/UFRGS, 2018.

ECO, Umberto. *O Cemitério de Praga.* Rio de Janeiro: Record, 2011.

FRAVET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Cadernos de campo*, n.13, 2005.

LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

PELBART, Peter Pál. “Manicômio mental - a outra face da clausura”. 1989.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 9.716 de 07 de agosto de 1992**. Dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul, determina a substituição progressiva dos leitos nos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias, e dá outras providências. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=15281&hTexto=&Hid_IDNorma=15281>. Acesso em set. 2022.